

A posição do analista e a escuta-leitura do significante

The psychoanalyst position and the listening-reading of the signifying.

Guilherme Oliver da Silva¹

Marta Regina de Leão D'Argord²

Resumo: Este artigo tem como propósito investigar as vicissitudes da posição do analista. Em primeiro lugar, é feita a distinção da situação de atendimento psicanalítico como uma experiência de discurso, na qual a fala é o principal meio. Em segundo, busca-se ver os modos variados de apreensão do “texto” de uma sessão. A escuta psicanalítica é concebida como aquela pela qual as palavras são lidas em seus elementos mínimos, instaurando jogos com a linguagem. A partir das formulações lacanianas, privilegia-se, portanto, a atenção concedida às palavras na sessão psicanalítica e, sobretudo, a potência delas diante da interferência causada pela atual difusão de expressões do discurso científico que pretendem descrever o mal-estar. O objetivo é compreender de que maneira o psicanalista, por meio da escuta-leitura do significante, toca o real, mesmo que com o atravessamento do vocabulário nosográfico. Conclui-se que a posição de sujeito depende do modo como o psicanalista se posiciona

Palavras-chave: Posição do analista, *escuta-leitura* do significante.

Abstract: This study investigates the vicissitudes of the psychoanalyst's position. First, I operate the distinction between of the situation of psychoanalytic understanding as a discourse experience in which speech is the central means. Second, I seek to understand the different ways in which the “text” of a session can be apprehended. Psychoanalytic listening is conceived as one in which words are understood in their minimal elements, which establishes language games. From Lacanian formulations, I privilege the attention granted to words in the psychoanalysis session and, above all, the power of words face the interference caused by the contemporary pervasiveness of the scientific discourses that intend to describe malaise and unrest. The purpose of this study is to understand how the psychoanalyst, through listening-reading of the signifying, touches the real, despite the interference of the nosographic language. In conclusion, the subject position depends on how the psychoanalyst positions himself or herself.

Keywords: Psychoanalyst's position, *reading-listening* the signifying.

¹ Mestre em psicanálise: Clínica e Cultura pela UFRGS. Especialista em Teoria Psicanalítica e Psicoterapias da Infância e Adolescência (CIPT)

² Doutora em Psicologia pela UFRGS; Professora do PPG em Psicanálise: Clínica e Cultura (UFRGS)

Introdução

Partimos do pressuposto de que a escuta psicanalítica é semelhante à leitura de um texto. Considerando que um texto, seja oral, seja escrito, pode ser interpretado de diferentes formas, nosso propósito é destacar um modo de abordá-lo que privilegia o aspecto diverso da “escrita”³ que é desenvolvida numa sessão.

Neste trabalho, enfocamos as pesquisas que destacam a relação entre inconsciente e escrita, tal como Freud intuiu em “A Interpretação dos Sonhos” (1900/2014): o sonho como uma forma de escrita, o rébus, comparado à escrita hieroglífica e às cartas enigmáticas, nas quais uma palavra é substituída por uma imagem. Lacan retomou essa hipótese ao propor o “inconsciente” entendido como o discurso do Outro.

Freud (1905/1996) ficou surpreso com o efeito das palavras e, assim, indicou que elas são fundamentais para o tratamento psicanalítico. É assim que, na clínica inaugurada por Freud, o inconsciente se manifesta nos equívocos da fala, de modo que o analista opera nas fissuras e nas discontinuidades das palavras. Trata-se, portanto, de uma abordagem diferente daquela na qual o analista é visto como um tradutor de sentidos. O “texto”, segundo o ponto de vista aqui tratado, é compreendido pela sua excentricidade. A recepção direta das palavras é substituída pela *escuta-leitura* (Caon, 1996) que destaca o aspecto incompleto de um texto. O psicanalista incide no escrito como se pudesse “dobrá-lo”, “torcê-lo” ou “sacudi-lo”. Igualmente, aponta supressões, faz complementações ou coloca trechos entre parênteses. Dito de outro modo, ele pertence à “cena”. Por isso, interrogamos a postura tradutora ou reprodutora de um código.

A escuta-leitura, que é um ato realizado na companhia de outra pessoa, pressupõe uma relação entre *fala, palavra e texto*. Ao invés da submissão a um sistema simbólico que se fecha na generalização ou no imaginário inflado que apela a imagens pré-formadas, esta operação requer um “corpo locutor” com o qual o analista (que passa a ser um “coautor”) age, sente, vocaliza ou sussurra. O que se sobressai é o elemento mínimo das palavras, isto é, o que resta depois que elas se “fraturam”. O analista, sob este aspecto, tem simpatia pelas palavras quebradas.

Entre o código, a oferta de sentido e o “pé da letra” do texto

³ Vale destacar que aqui a “escrita” tem a ver com o manejo que a teoria lacaniana faz dela, isto é, enquanto conceito pelo qual o inconsciente, que se ancora na *letra*, permite ser lido.

Segundo a indicação metodológica de Allouch (1995), o texto de uma sessão pode ser conduzido de três modos: a *transcrição*, a *tradução* e a *transliteração*. Vale destacar que estas posturas coexistem. Ao longo da história, desde os primórdios da tradição médico-psiquiátrica, observamos uma alternância entre elas. Mas como podemos compreender a especificidade da posição do analista? Allouch esclarece estas diferentes operações, desde as entrevistas iniciais, privilegiando aquela que caracteriza a intervenção do psicanalista. Lacan (1969-1970/1992) designou de “discurso do psicanalista” esta maneira própria de se posicionar diante do “texto” de uma sessão, isto é, um jeito de conduzi-lo que não pretende dominá-lo, ajustá-lo, de modo que seja possível que o desejo inconsciente se destaque dele.

A *transcrição* predominou na pré-história da psicanálise. O relato do paciente, ao se encaixar numa determinada categoria médico-psiquiátrica, é subsumido num código que o antecede. Cabe ao clínico transladar o texto para combiná-lo com uma categoria que lhe corresponda. O escrito, por isso, é regulado pelo som, de modo que esta gramática é determinada pelos fonemas. A subjetividade do clínico fica de fora do atendimento. De modo geral, o campo médico e o psicológico se orientam pela transcrição.

O segundo modo procura traduzir o sentido por trás do relato. Quer na “psicologia do ego”, de Anna Freud, quer na “psicanálise das relações de objeto”, de Melanie Klein, a busca é pelo significado, no caso específico da clínica de ambas, do que gera entraves ao desenvolvimento da criança. A *tradução* se orienta pela busca do sentido, o qual está em outra língua escrita. Além disso, há a prevalência, não apenas do sentido, mas de um único sentido, o “um-senso”, conforme Allouch (1995, p. 62). As práticas psicodiagnósticas se filiam a este modo de apreensão do relato do paciente. Vorcaro (2004) compreende a tradução, no atendimento à infância, da seguinte maneira:

Assim, qualquer manifestação da criança, seja ela um jogo, um desenho, uma narrativa a partir de imagens ou respostas a testes, adquire o mesmo estatuto: evoca sentidos. Os dados recolhidos, sejam eles obtidos por avaliações conduzidas ou produzidos espontaneamente, a observação os toma em seu efeito de sentido atestado pelo clínico. Esses dados são suportes do sentido a serem abandonados desde que sua tradução se faça mais propícia à compreensão dos pais, do médico, da escola ou do solicitante (Vorcaro, 2004, p. 43)

Na tradução, o analista fornece um sentido para o relato. Porém, conforme Vorcaro (2004), o aspecto ambíguo da fala “torna a escuta psicanalítica antinômica à analogia da transcrição do registro conceitual que permitiria a equivalência dada numa tradutibilidade de

sentido. Freud demonstra aí o quanto as práticas que privilegiam a tradução não realizam a função analítica” (p. 64).

A diferença entre a transcrição e a tradução é a primazia que é dada ao sinal gráfico (fonemas) e ao sentido: na primeira, a fala é inserida num código; já na segunda, ela é vinculada a um sentido. Assim, como podemos compreender a operação psicanalítica a partir da indicação de Lacan da supremacia do significante sobre o significado?

Tanto a impessoalidade da adequação a um código como a arbitrariedade da busca por um sentido em outra língua podem se alternar com a *transliteração*, cuja marca é o escrito regulado pela *letra*. Neste modo, o que prevalece é o elemento textual. O analista leva o texto ao “pé da letra”. “*J’appelle un chat um chat*’ [literalmente: ‘Chamo um gato de gato’]”, conforme a sugestão de Freud (1905/2016, p. 227) sobre como o psicanalista deve conduzir as palavras.

Seguiremos aqui as indicações de Lacan do final dos anos 1960 sobre os “quatro discursos” para procurar demarcar a posição do analista. Quanto ao conceito de *letra*, é importante destacar os dois modos com os quais Lacan o aborda durante as décadas do seu ensino: o primeiro é aquele observado no final dos anos 1950, sobretudo em *A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud*, de 1957, no qual a letra aparece como estrutura ou suporte material do significante; já o segundo, cujo aparecimento data do início dos anos 1970, entende a letra como o que descerra e circunscreve o real, embora não consiga representá-lo. Dito isto, o que significa afirmar que, ao tomar a palavra ao “pé da letra”, o psicanalista, ao invés de se fechar num saber que o antecede, busca promover uma abertura, um deslocamento de sentido? Vejamos como podemos compreender a letra à luz do primeiro sentido, que compõe o simbólico, do qual falamos acima.

A letra e a operação de transliteração

No percurso de uma análise, cabe ao analista ocupar um lugar a partir do qual ele cuida da interferência do próprio desejo. Menos do que referido a um saber do qual deveria, assim como um “mestre”⁴, prestar contas, trata-se de ocupar uma posição voltada à sustentação de um “não saber” que produz o desejo de análise. É assim que “interpretação” e “transferência” se articulam.

⁴ Em oposição ao “discurso do psicanalista”, Lacan (1969-1970/1992) situa o “discurso do mestre”, no qual observamos quem nele se posiciona pretendendo ter a posse do saber e, por isso, exercendo domínio sobre o outro.

Digamos que, no investimento de capital da empresa comum, o paciente não é o único com dificuldades a entrar com sua quota. Também o analista tem que pagar:

- pagar com palavras, sem dúvida, se a transmutação que elas sofrem pela operação analítica as eleva a seu efeito de interpretação;
- mas pagar também com sua pessoa, na medida em que, haja o que houver, ele a empresta como suporte aos fenômenos singulares que a análise descobriu na transferência. (Lacan, 1958/1998a, p. 593)

No texto citado acima, Lacan critica três concepções predominantes, nos autores pós-freudianos, sobre a posição do analista e, por conseguinte, o objetivo de uma análise: a *genética*, a voltada à *relação de objeto* e a que incentiva a *introjeção do analista*. O ponto de vista genético, cuja ideia é a de que o indivíduo se desenvolve ao avançar para novas etapas, resulta na análise das defesas do “ego”. Quanto ao modelo da relação de objeto, o tratamento se delinea pela integração das relações estabelecidas pelo indivíduo. Por fim, encontramos o modo pelo qual o paciente deve introjetar o analista, já que ambos participam de uma relação simétrica, dual, que é a expressão imaginária de um tratamento.

Lacan contestou um entendimento de que o tratamento deve promover uma “reeducação emocional” do analisante. Ocorre que esta disposição pedagógica estimula o analista a dar instruções. Deste modo, inspirado pela “contratransferência”, concebida aqui como um epifenômeno da relação transferencial, ele não se implica no que ouve. É como se a “conta” a ser paga por ele não fosse “quitada”.

No ano seguinte ao da citação acima, Lacan (1959-1960/2008a) sugeriu que o analista “paga com palavras - suas interpretações. Ele paga com sua pessoa, pelo seguinte - pela transferência ele é literalmente despossuído dela [...] Há uma parte dessa ação que lhe resta, a si mesmo, velada” (pp. 341-342). A posição do analista corresponde à relação que é estabelecida com este “resto”, isto é, o “indizível” do seu próprio desejo. O analista também está submetido aos efeitos da linguagem e, portanto, suscetível às formações do inconsciente. Assim, ele precisa cuidar para não se deixar seduzir pela promoção de um saber que obstrui as associações e os deslocamentos produzidos pela fala do analisante.

Nas três concepções descritas acima, a função da fala parece ficar em segundo plano. Por isso, elas motivam intervenções prescritivas, nas quais se subentende que o analista detém um saber. Porém, a noção da qual queremos falar aqui sobre o tratamento psicanalítico pressupõe que a linguagem desvela o sujeito, o qual é efeito do significante. Sob essa perspectiva, a linguagem não é apenas uma coleção de nomes que se relacionam diretamente com os objetos do mundo. A concepção aqui é a da própria linguagem como articuladora do “sujeito do inconsciente”. O inconsciente diz respeito a um saber do qual o portador da

mensagem “não sabe que sabe”, visto que vive uma divisão que é intrínseca à dimensão da linguagem e que reivindica um ouvinte que demonstre interesse pelas suas produções, fornecendo, com isso, condições para que este texto possa ser lido.

Mas, afinal, como podemos compreender uma escuta orientada pela *letra*? No final dos anos 1950, conforme colocamos acima, Lacan procurou explicitar esta operação. O inconsciente, sob este ponto de vista, não se refere ao avesso da razão, pelo contrário, expressa um saber, embora um saber “não sabido”. Não se trata do produto de uma subjetividade que encobriria uma “interioridade psíquica”, como se o inconsciente fosse uma substância sobre a qual se daria o trabalho do psicanalista. Esta compreensão é consequência de uma “psicologização” da teoria psicanalítica a partir da qual o inconsciente passou a ser visto como uma espécie de “mundo interno” ou depósito dos elementos insuportáveis para o indivíduo.

Neste sentido, a contribuição da linguística de Ferdinand de Saussure (1857-1913) foi fundamental para que fosse possível fundamentar a escuta-leitura, no jogo de oposições, na linearidade da cadeia discursiva. Como destacam Biazin & Kessler (2017):

A língua passa a ser tomada a partir da noção de sistema que, por sua vez, é inapreensível pela observação, mas que não deixa de se fazer operar em todo ato de fala. Desse modo, não há relação direta entre significante e significado, mas sim produção de sentido através de um jogo de oposições. (Biazin & Kessler, 2017, p. 420)

A escuta da letra é distinta daqueles dois modos de apreensão da fala dos quais falamos no início deste artigo, isto é, a *transcrição* e a *tradução*. Ao invés de apelar a outra “língua” ou buscar um sentido “descolado” da própria fala (no sentido de uma “linguagem da linguagem”), Lacan (1957/1998b) indica:

Mas essa letra, como se há de tomá-la aqui? Muito simplesmente, ao pé da letra.

Designamos por letra este suporte material que o discurso concreto toma emprestado da linguagem. Essa definição simples supõe que a linguagem não se confunda com as diversas funções somáticas e psíquicas que a desservem no sujeito falante. Pela razão primeira de que a linguagem, com sua estrutura, preexiste à entrada de cada sujeito num momento de seu desenvolvimento mental (Lacan, 1957/1988b, p. 498)

A propósito, Freud já havia destacado a literalidade do inconsciente. No livro *A interpretação dos sonhos*, ele vai ao “pé da letra” na análise da formação onírica, seguindo a “plasticidade” das palavras. Instigado pela lógica do texto do sonho, Freud compara o material onírico a um rébus, que é uma composição pela qual uma mensagem é representada por figuras. Estas figuras não devem ser tomadas isoladamente, pois elas se associam para transmitir uma

ideia. Da mesma forma, o texto do inconsciente é aproximado aos hieróglifos, que são expressões de escritas muito antigas, já perdidas no tempo e, por isso, enigmáticas.

O conteúdo onírico se apresenta numa espécie de pictografia, cujos signos cabe traduzir um a um na linguagem dos pensamentos oníricos. Cometeríamos um engano evidente se quiséssemos ler esses signos segundo seu valor imagético em vez de fazê-lo de acordo com sua relação signica. Vamos supor que eu tenha diante de mim um enigma figurado (rébus): uma casa sobre cujo teto se vê um barco, ao lado uma letra isolada e ao lado dela uma figura decapitada a correr etc. Eu poderia criticar essa composição e seus elementos declarando que são absurdos. O teto de uma casa não é lugar para um barco e uma pessoa sem cabeça não pode correr; além disso, a pessoa é maior do que a casa, e se isso tudo deve figurar uma paisagem, letras isoladas não se encaixam, pois afinal elas não são encontradas na natureza. A avaliação correta do rébus evidentemente só ocorrerá se eu não levantar essas objeções contra o todo e suas partes, mas me esforçar em substituir cada imagem por uma sílaba ou uma palavra que, por meio de uma relação qualquer, possa ser figurada pela imagem. (Freud, 1900/2015, pp. 299-300)

Este trabalho realizado pelo sonho é efeito das transformações operadas pela *condensação* e pelo *deslocamento*. Tendo à disposição as descobertas da linguística, sobretudo os estudos de Roman Jakobson, Lacan relacionou estas operações, respectivamente, à “metáfora” e à “metonímia”, concebidas como leis do significante. Tais operações denotam processos constitutivos da linguagem e engendram, igualmente, as formações do inconsciente. Na primeira, por meio de uma seleção, um significante substitui (condensa) outro significante; na segunda, ele desliza (desloca-se) na cadeia significante por meio de uma combinação entre os elementos. Em virtude daquele aspecto plástico das palavras, é como se elas pudessem ser “esticadas” para um lado e para outro, para frente e para trás, permitindo a abertura de significações.

Lacan se serve da análise dos sonhos feita por Freud para situar a importância da “letra” enquanto elemento constitutivo do texto que emerge das formações do inconsciente. É por isso que, quando escuta, o psicanalista também realiza uma “leitura” ao se apoiar na literalidade da escrita do inconsciente, ao contrário de querer decodificá-la.

O analista toma o sujeito pela palavra. Dizemos, então, que ele pode tomar o texto à letra. Ele não procurará ali um sentido, profundo, essencial, único, mas estará atento ao próprio funcionamento da escrita. A interpretação, se conservarmos este termo, não será uma metalinguagem, remetendo o discurso de um escritor a um saber já constituído. Ela será corte, escansão operada sobre os traços da própria escrita, que permite fazer sobressair o que nela já está. (Chemama, 2002, p. 65)

Conceber a interpretação como “corte” e “escansão” significa devolver ao próprio autor do texto a primazia na forma de conduzi-lo e compreendê-lo. O psicanalista é um leitor interessado que aponta as minúcias desta escrita. Aliás, não foi à toa que Freud discorreu sobre a semelhança do pensamento onírico com a arte do tecelão, pois o relato do sonho também é composto por um emaranhado de “fios” que resultam num ponto a partir do qual não há mais nada a ser dito. Freud (1900/2014) descreveu este núcleo como o “umbigo do sonho, o ponto em que ele se assenta no desconhecido” (p. 552). Assim, o pensamento do sonho expõe uma trama que é evocada pelas associações do sonhador.

No exemplo do sonho da “monografia botânica”, Freud (1900/2015) percebeu que as palavras “monografia” e “botânica” se associavam a outras e, com isso, geravam novos sentidos. Elas não expressavam significados pré-estabelecidos, pertencentes a uma composição gráfica. Isto porque o conteúdo latente, ao pretender se manifestar, depara-se com um obstáculo, que é a “barra do recalçamento”. Para atravessá-la, ele se submete a uma transformação, tornando-se um enigma figurado. As formações do inconsciente (neste caso, o sonho) passam por uma distorção, que é uma exigência imposta pelo recalçamento.

Da mesma forma, a analogia com a tecelagem aponta para o trabalho “artesanal” do psicanalista. A experimentação com as palavras, que são a matéria-prima de uma análise, produz novos sentidos. Freud, portanto, recomendou que um rébus não seja interpretado através da totalidade da sua imagem, pois ele parecerá absurdo e sem sentido. É fundamental que ele seja compreendido pelas relações metafóricas e metonímicas entre os seus elementos. Por isso, a convocação de Lacan (1953/1998c):

Então, que retomemos a obra de Freud na *Traumdeutung*, para ali nos lembrarmos que o sonho tem a estrutura de uma frase, ou melhor, atendo-nos à sua letra, de um rébus, isto é, de uma escrita da qual o sonho da criança representaria a ideografia primordial, e que reproduz no adulto o emprego fonético e simbólico, simultaneamente, dos elementos significantes que tanto encontramos nos hieróglifos do antigo Egito quanto nos caracteres cujo uso a China conserva (Lacan, 1953/1998c, p. 268)

O inconsciente, assim, é efeito da estrutura da linguagem. Ele não corresponde a uma mensagem “oculta” que só vem à tona pela força empregada pelo psicanalista. Quer dizer, ele não é “profundo”. O inconsciente está, digamos, na “superfície” e manifesta-se porque o falante, assujeitado à língua, serve-se do significante. O psicanalista irá lê-lo junto à letra. Allouch (1995) define a transliteração como “o nome dessa maneira de ler promovida pela psicanálise com a prevalência do textual: ela é esta própria prevalência, ela a designa, a

específica, e a dá pelo que é, a saber, uma operação” (p. 63). Trata-se de uma operação simbólica que se ampara na letra e define o atendimento psicanalítico.

Esta escrita é parte de um lembrete inicial, de que o discurso analítico é esse modo novo de relação, fundado apenas pelo que funciona como fala, e isto, em algo que podemos definir como um campo. *Função e campo*, eu escrevi, *da fala e da linguagem*, e terminei, *em psicanálise*, o que era designar o que constitui a originalidade desse discurso que não é homogêneo a um certo número de outros que oficiam e que, só por este fato, distinguimos como discursos oficiais. Trata-se de distinguir qual é o ofício do discurso analítico, e de torná-lo, se não oficial, pelo menos oficiante. (Lacan, 1973/2008b, pp. 33-34)

O ofício do analista se realiza na fala, que se desdobra em referência a uma alteridade da qual extrai uma herança simbólica e que a singulariza. Distante da ideia de desenvolvimento que obedece a uma continuidade, típica do campo psicológico, tomamos aqui as dimensões do real, simbólico e imaginário para ver como é a posição do analista. Na companhia dessa tríade, a premissa é de que, na estruturação subjetiva, existe uma descontinuidade que é própria do entrecruzamento destas dimensões.

A ideia de um desenvolvimento individual unilinear, preestabelecido, comportando etapas que vão aparecendo cada qual por sua vez conforme uma tipicidade determinada, é pura e simplesmente o abandono, a escamoteação, a camuflagem, a denegação propriamente falando, e inclusive o recalque, daquilo que a análise trouxe de essencial. (Lacan, 1954-1955/1985, p. 23)

Vorcaro (2004) menciona que os atos manifestados pela criança, na lógica psicanalítica da constituição subjetiva do sujeito, compõem um texto que “para ser decifrado, ou seja, reescrito em outro registro, exige pontuação: supor a determinação das constrictões do ciframento que ela desvela. (p. 65)”. Ocorre que a realidade psíquica se move por avanços e recuos que são inerentes à estruturação subjetiva. Por isso, a posição do analista deve considerar esta cadência que é própria à constituição do sujeito. Além disso, a virtualidade por meio da qual ele opera faz com que o psicanalista se implique na leitura do texto de uma sessão, a qual deixa um escrito que evidencia, após uma inscrição, o aparecimento do sujeito na linguagem.

Vale destacar que esse sujeito não se deixa apreender, pois sempre escapa a um sentido. É na medida em que não há uma leitura última, mas abertura para o que ainda não foi lido, que importa considerar a particularidade do que se passa no encontro estabelecido numa análise. Capanema & Vorcaro (2017) destacam esse aspecto da linguagem que consideramos fundamental para pensar a clínica psicanalítica: não há Outro do Outro.

O sentido é uma sutura do equívoco do buraco do Simbólico, é o que dá consistência imaginária à falta inerente ao Simbólico, que é de não haver Outro do Outro, de não haver resposta para a falta no Outro. A opacidade do sentido se deve à sua função de substituição da falta, de sua função de suplência, desse modo, o sentido responde pelo Real, que, por sua vez, ex-siste ao sentido. (Capanema & Vorcaro, 2017, p. 396-397)

Como é possível uma intervenção que, ao reconhecer a estrutura que “constrange” o sujeito, “deixa um escrito”, justamente, porque contorna o simbólico? A letra, que é o amparo material do discurso, corresponde ao real. Ao lembrar que Lacan sempre esteve atento a uma interpretação que abrangesse o real, inclusive, desde *Função e campo da fala e da linguagem*, no início dos anos 1950, Soler (2012) sugere que tal intervenção acontece por meio de recursos da língua geradores de cortes, ressonâncias, equívocos e efeitos poéticos.

Na década de 1970, Lacan introduziu o termo *litoral* para dar conta de uma irreducibilidade ao sentido. Conforme resume Guerra (2017), tratava-se de pensar a letra como litoral entre saber e gozo.

Não se trata de fazer fronteira entre dois, nos adverte ainda Lacan (1971/1986), pois a fronteira, ao separar dois territórios, indicaria que eles são da mesma natureza, posto que representável na linha demarcatória. A letra escreve a radicalidade da diferença de consistências entre *saber*, elucubração em torno da verdade, e *gozo*, desfrute do que essa verdade tem de inacessível. (Guerra, 2017, p. 40)

Até aqui, apresentamos a fundamentação dessa escuta-leitura conforme o entendimento da letra como suporte material do significante. A seguir, então, vamos apresentar um tipo de intervenção do psicanalista cuja incidência na letra toca o real, localizando-o e promovendo a sua abertura. Para descrever este jeito de proceder, utilizaremos um neologismo, a “Realinguagem”.

Da leitura do texto à linguagem do real

Neste item, buscamos descrever um tipo de abordagem que se distingue daquela pela qual se privilegia a operação da metáfora. Trata-se de um modo baseado nas combinações e sobreposições de palavras que acontece no encontro particular que é estabelecido numa análise. É assim que, ao propor uma leitura do texto que não se guia pelo ideal da transcrição ou da tradução, Harari (2008) nos fornece subsídios para compreender a “escuta-leitura” psicanalítica como aquela que suspende, reformula ou completa trechos do texto de uma sessão, sem a pretensão de esgotá-lo.

Na história da literatura, James Joyce (1882-1941) inovou através do jogo com a sonoridade das palavras. Lacan, ao situar aí o gozo, passou a se considerar um pós-joyceano.

A linguagem é verdadeiramente o que só pode avançar torcendo-se e enrolando-se, contornando-se de uma maneira da qual afinal de contas não posso dizer que não dou aqui o exemplo. Não se deve acreditar que ao aceitar o desafio lançado por ela, ao marcar em tudo o que nos concerne até que ponto nós dependemos dela, não se deve acreditar que faço isso assim de bom grado. Acharia melhor que isso fosse menos tortuoso (Lacan, 1974/2002)

A linearidade da cadeia significante, em suas voltas, remete-nos ao aspecto “tortuoso” ao qual Lacan se refere. A “Realinguagem”, pelo contrário, não tem como objetivo, até mesmo, fazer uma leitura, mas promover um “jogo” com as palavras. A sessão psicanalítica permite, portanto, um trabalho com a própria palavra e, da mesma forma, com os elementos mínimos que ela carrega. O analista “sacode” a palavra, esticando-a e, com isso, permite a aparição de novos sentidos.

No entanto, tal multiplicidade de sentidos não esconde uma complementariedade, cujo ideal de síntese a condicionaria. Por isso, esta operação se refere mais a uma sobreposição de sentidos, heterônimos por excelência. Até mesmo, contraditórios. A pretensão de unidade, familiar ao imaginário, é aqui deixada de lado. É uma escritura realizada, portanto, com o psicanalista, que possibilita um reescrito.

É interessante observar que a “Realinguagem”, sob certo aspecto, também se diferencia da operação de “transliteração”, que toma o texto “ao pé da letra”.

O “aperfeiçoamento” da linguagem, iniciado por Joyce, radica em “saber jogar com a escritura”, e não em “ler de uma infinidade de maneiras diferentes”. Naturalmente: o referido aperfeiçoamento se relaciona, de modo enraizado, com a circunstância de que tão somente a linguagem “avança verdadeiramente” se se contorna, se se enrola à maneira de torvelinho. Em nossos termos: se marca, então, como o analista “escrevedor” - e não tão somente “plurileitor” - é quem se articula às, e com, voltas - curvas - inerentes à Realinguagem. E esta última, por lógica consequência, se recosta na materialidade da letra antes que na “infinidade” dos deslizamentos inerentes a legalidade própria do significante. (Harari, 2008, p. 32)

Tal maneira de proceder se distancia do significante tomado ao “pé da letra”, cuja referência foi feita no item anterior. Menos do que leitura, trata-se de um procedimento de jogo com a linguagem. É que um escrito não se vincula, obrigatoriamente, à leitura. Ele tem como característica ser intraduzível. “O intradutor não busca ler um sentido oculto, mas reescreve ‘entre línguas’, sem procurar a reduplicação ‘fiel’ do texto original. Claro, não pretende ‘tomá-

lo ao pé da letra’, tampouco procura a obtenção de um texto ‘dado-a-ler’” (Harari, 2008, p. 33). Diante de um texto, por conseguinte, não procede perguntar “o que ele quer dizer?”.

O privilégio concedido ao simbólico, no que diz respeito às relações metafóricas, seja na constituição do sujeito, seja na operação do analista, é substituído pelo reconhecimento dos limites dessa leitura. No final do seu ensino, a propósito, Lacan recorreu à topologia para descrever uma dimensão distinta, na apreensão do texto de uma sessão, daquela que o concebe pela totalidade estrutural das palavras. A palavra passou a ser decomposta.

Por isso, é possível observar, em Lacan, inclusive, um modo de exposição, em seus seminários, pelo qual ele se guia por equívocos e justaposições de palavras. As “palavras-valise”, que resultam da fusão de duas palavras, cujas partes se amalgamam e formam outro sentido, passam a ter destaque no seu ensino.

A palavra parece não dizer mais respeito a uma unidade que comporta uma solidez. Pelo contrário, ela apresenta uma liquidez. “Cada palavra é uma insuspeita arca ou um baú fechado onde se guardam outras palavras, ocultas devido à ação da tampa, do fecho e do cadeado ‘comunicativos’” (Harari, 2008, p. 37). A equivocidade das palavras, sob o auxílio de associações de fonemas, viradas semânticas e trocas morfológicas, afasta-se da operação da metáfora, pela qual uma palavra é substituída por outra. “Nas operatórias do equívoco e da palavra-valise, ao contrário, ou se introduz uma palavra em outra - geralmente, pela metade -, ou uma mesma palavra expande e irradia seus sentidos sem sair de si, ou convoca outra palavra de quase igual som” (Harari, 2008, p. 39). O reescrito é feito sob um texto que já estava ali.

Se a tarefa do psicanalista com a Realinguagem consiste na circunstância de escrever no texto-valise, já não se inclinará tão somente em seu trabalho ao reencontro simbólico dos significantes do analisante velados pela metaforização própria do recalque. Bem, mas se isto é assim, não se pode continuar sustentando que o trabalho psicanalítico radica, de modo exclusivo, em “tornar consciente o inconsciente”. Onde gira, então, este trabalho, de acordo com o objetivo de elucidar a presente pertinência? Insisto: no coadjuvar com o forjamento e a plasmação de significantes novos por parte do analisante. Nem neológicos, nem inoportunos, nem extemporâneos, nem bizarros, nem inteligentes: se trata, antes de tudo, dos significantes cuja aparição e ligação insólitas permitem nomear a experiência do analisante como se nunca tivesse sido feito até então. (Harari, 2008, p. 41)

Desse modo, o autor acima fala de um procedimento que trata a língua sem a censura com a qual ela opera na conversação cotidiana, destacando, assim, uma sexualidade virtualizada das palavras (Harari, 2008). Esta “sexualidade” das palavras aparece nas ocorrências intempestivas que promovem rupturas e tencionam as convenções do diálogo, muito além do relaxamento promovido pelo “princípio do prazer”. Longe de pretender buscar a semântica no

manejo com as palavras, o analista irá procurar lê-las “sem a vestimenta” que lhes é própria na comunicação cotidiana, isto é, conforme o aspecto “politicamente correto” que as recobre. Mas, sim, guia-se pelo que a linguagem denuncia. Quer dizer, é a “nudez”, digamos, das palavras que conta na operação da Realinguagem.

Ao invés da inflação do sentido, é o aspecto sonoro, pré-fonético, que aqui é salientado. Destacando as reservas que Lacan fez ao uso acrítico da linguística, no que ela privilegia, na língua, os fonemas como uma sucessão de encaixes que instaura diferenças, Harari sugere que a Realinguagem se situa à margem da *função* e do *campo* da fala e da linguagem. Agora, trata-se de dar passagem aos equívocos e às palavras-valise, conforme vemos na expressão que intitula o texto-chave de Lacan, de 1972, *O aturdido*, isto é, um amálgama das palavras “aturdido” e “dito”. Conforme Harari (2008) define:

Antes que o emparelhamento diferencial e contrastante típico dos fonemas - opositivos, relativos, diferenciais e negativos -, o ínsito à Realinguagem consiste em realçar a incidência das reiterações dos fonemas, as coincidências superpostas entre eles, a musicalidade de seus registros não necessariamente formadores de palavras com sentido. Para não ser tão abstrato: aponto assim a lalação, ao registro da língua materna - a da mãe com seus *infans*, é claro -, onde suas emissões cantaroladas - assintáticas, asemânticas e apragmáticas - outorgam seu relevo às marcas dos sons que serão predominantes e recorrentes em cada um, e que darão lugar ao denominado por Lacan *lalangue*. (Harari, 2008, p. 52)

É assim que, numa nota de rodapé, o autor menciona Michel de Certeau, autor de *Historia y Psicoanálisis*, cujo capítulo “Lacan: uma ética del habla” aponta para a importância dos grunhidos, pigarros, tosses e demais sons proferidos pelo analista numa sessão. Além disso, ao aproximar a Realinguagem do canto, menos do que da comunicação que visa a transmitir conteúdos, podemos incluir as interjeições e as onomatopeias. “Tudo isso constitui a ação, por parte do psicanalista, de seu ‘corpo locutor’, tal como, agregamos, mostrava o joyceano Lacan nos *Seminários*” (Harari, 2008, pp. 53-54). Importante destacar que este “corpo” não se refere ao corpo físico do analista, segundo um entendimento ambientalista da sessão psicanalítica. Mas, sim, ao que é produzido, como uma “caixa de som”, por assim dizer, entre analista e analisante. Mais adiante, ele acrescenta:

A ênfase no sônico nos conduz a privilegiar o ritmo, a eurritmia, a rima, a assonância, a consonância, a cadência, o compasso, enfim, a musicalidade (da qual não está isenta, de modo nenhum, o paronímico como parente carnal da lalação interativa). A língua assim concebida, portanto, é - antes que um sistema formal e abstrato - uma língua lúdica, paródica, aberta, inventiva, porquanto permanece des-sujeitada do corpete da estrutura (Harari, 2008, p. 54)

Conclusão

Um tratamento psicanalítico é uma operação com as palavras. São elas que nos descrevem e nos “inscrevem” no mundo. Não satisfeitos em somente “transcrevê-las” ou “traduzi-las”, maneiras já consagradas pelas abordagens psiquiátricas e psicológicas do mal-estar psíquico, nosso propósito foi explicitar um modo de operar com as palavras que as transformam e, com isso, repercutem no tratamento. E, sobretudo, destacar que esta intervenção é uma maneira de compreender a escuta psicanalítica.

A transliteração ocorre pelo elemento mínimo das palavras. Para isso, o analista empresta o seu corpo para reverberar a musicalidade do texto do analisante. Este é o jeito de proceder de uma análise. A interpretação não lida com a oferta de sentidos. Ela, ao contrário, joga com equívocos (Lacan, 1974/2002). Lacan acrescenta: “Eis por que dei destaque ao significante na língua. Eu o designei de instância da letra” (n. p.). É pela letra que o analista franqueia condições de acesso ao real. Utilizando-se, ao contrário de palavras inteiras, de palavras quebradas.

Referências bibliográficas

- Allouch, J. (1995). *Letra a letra: transcrever, traduzir, transliterar*. Rio de Janeiro: Campo Matêmico.
- Biazin, R. R. & Kessler, C. H. (2017). Psicanálise e Ciência: a equação dos sujeitos. *Psicologia USP*, 28 (3), 414-423.
- Caon, L. (1996). Psicanálise <> Metapsicologia. In A. Slavutzky *et al.* (Orgs.). História, clínica e perspectiva nos cem anos da psicanálise. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Capanema, C. A. & Vorcaro, A. M. R. (2017). A condição do ser falante no nó borromeano. *Estilos clin.*, São Paulo, v. 22, n. 2, maio/ago. 2017, 388-405.
- Chemama, R. (2002). *Elementos lacanianos para uma psicanálise no cotidiano*. Porto Alegre: CMC.
- Freud, S. (1996). Tratamento psíquico (ou anímico). In *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. (J. Salomão, trad., Vol. 7, pp. 267-288). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1905)
- Freud, S. (2014). A interpretação dos sonhos. (R. Zwick, trad., V. 2, pp. 363-705). Porto Alegre: L&PM. (Trabalho original publicado em 1900)

- Freud, S. (2015). A interpretação dos sonhos. (R. Zwick, trad., V. 1, pp. 15-362). Porto Alegre: L&PM. (Trabalho original publicado em 1900)
- Freud, S. (2016). Análise fragmentária de uma histeria. In *Obras completas*. (P. de Souza, trad., Vol. 6, pp. 173-320). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1905)
- Guerra, A. M. C. (2017). Impacto clínico da topologia borromeana no estruturalismo lacaniano. *Ágora* (Rio de Janeiro) v. XX n. 1 jan/abr 2017 35-51.
- Harari, R. (2008). *Psicanalista, o que é isso?* Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- Lacan, J. (1985). *O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise* (1954-1955). Rio de Janeiro: Zahar.
- Lacan, J. (1992). *O avesso da psicanálise* (1969-1970). Rio de Janeiro: Zahar.
- Lacan, J. (1998a). A direção do tratamento e os princípios de seu poder. In J. Lacan, *Escritos* (V. Ribeiro, trad., pp. 591-652). Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho original publicado em 1958)
- Lacan, J. (1998b). A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. In J. Lacan, *Escritos* (V. Ribeiro, trad., pp. 496-533). Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho original publicado em 1957)
- Lacan, J. (1998c). Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In J. Lacan, *Escritos* (V. Ribeiro, trad., pp. 238-324). Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho original publicado em 1953)
- Lacan, J. (2002). A terceira. *Cadernos Lacan*. Porto Alegre: APPOA, 2. (Trabalho original publicado em 1974)
- Lacan, J. (2008a). *A ética da psicanálise* (1959-1960). Rio de Janeiro: Zahar.
- Lacan, J. (2008b). A função do escrito. In J. Lacan, *Mais, ainda* (1973) (M. D. Magno, trad., pp. 32-43). Rio de Janeiro: Zahar.
- Soler, Colette. (2012). Uma interpretação que leve em conta o real. *Stylus* (Rio de Janeiro), (24), 25-40. Recuperado em 11 de outubro de 2020, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-157X2012000100003&lng=pt&tlng=pt.
- Vorcaro, A. (2004). *A criança na clínica psicanalítica*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.